DECRETO Nº 19.439, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2000

Institui o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRS/SE, extingue o Conselho Estadual do PRONAF, e dá providências correlatas.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos termos do Art. 84, incisos V, VII, e XXI, da Constituição Estadual; e de acordo com o disposto na Lei nº 3.591, de 09 de janeiro de 1995, combinado com disposições das Leis nºs 2.608, de 27 de fevereiro de 1987, e 2.960, de 09 de abril de 1991;

Considerando a necessidade de se melhorar a qualidade de vida no segmento da agricultura familiar, mediante promoção do desenvolvimento rural de forma sustentada, aumento de sua capacidade produtiva e abertura de novas oportunidades de emprego e renda;

Considerando a importância de se propiciar o acesso à terra de trabalhadores rurais carentes, nos termos da legislação vigente;

Considerando o elevado interesse de se aprimorar o intercâmbio entre os órgãos e entidades da Administração Pública, que direta ou indiretamente atuam no Estado, na condução do processo de desenvolvimento rural, especialmente no desenvolvimento da agricultura familiar e da reforma agrária,

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Agricultura, do Abastecimento e da Irrigação - SAGRI/SE, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRS/SE, com a finalidade de estabelecer normas e procedimentos, bem como prover os meios necessários ao planejamento, execução e acompanhamento rural sustentável em consonância com os programas de desenvolvimento da agricultura familiar e da reforma agrária do Governo Federal.

Art. 2º. São atribuições do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRS/SE:

I - aprovar o seu Regimento Interno;

II - aprovar o Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - PEDRS, no qual devem ser direcionadas, priorizadas e compatibilizadas as ações dos programas federais de desenvolvimento rural, pertinentes ao desenvolvimento da agricultura familiar e da reforma agrária, baseados em convênios firmados com o Estado, e as ações dos programas estaduais para o setor, considerando as demandas contidas nos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural - PMDRs;

III - referendar o apoio dos programas vinculados às demandas contidas nos PMDRs, informando os Planos à Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural;

IV - aprovar, anualmente, a programação físico-financeira de recursos dos programas fundiários e de apoio à agricultura familiar;

V - promover a integração das ações do Governo Estadual, das Administrações Municipais e das entidades parceiras, com vistas à obtenção de suas contrapartidas aos PMDRs;

VI - acompanhar e avaliar a execução dos programas federais de desenvolvimento rural, referentes à agricultura familiar e à reforma agrária, baseados em convênios firmados com o Estado.

VII - elaborar propostas de políticas públicas de desenvolvimento da agricultura familiar e da reforma agrária, a serem encaminhadas aos órgãos da Administração Estadual e Federal;

VIII - propor a vinculação de programas setoriais do Estado ao Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável;

IX - articular-se com as unidades administrativas dos agentes financeiros, com vistas a solucionar eventuais dificuldades encontradas, a nível municipal, na concessão de financiamentos fundiários, de infra-estrutura e produtivos aos agricultores familiares, relatando fatos relevantes ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural, quando for o caso;

X - promover a divulgação e articular o apoio político-institucional aos programas vinculados ao Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável; e

XI - outras que lhe forem cometidas.

Art. 3º. Integram o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRS/SE:

I - o Secretário de Estado da Agricultura, do Abastecimento e da Irrigação, que é o seu Presidente;

II - um representante da Secretaria de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia - SEPLANTEC/SE;

III - um representante da Secretaria de Estado da Ação Social e do Trabalho - SEAST;

IV - um representante da Administração Estadual do Meio Ambiente - ADEMA;

V - um representante da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe - EMDAGRO;

VI - um representante da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF;

VII - um representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA/CNPACO;

VIII - um representante da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, em Sergipe;

IX- um representante do PRONESE;

X - um representante da Universidade Federal de Sergipe ? UFS;

XI - um representante do "Banco da Terra";

XII - um representante da Organização das Cooperativas do Estado de Sergipe - OCESE;

XIII - quatro representantes da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Sergipe - FETASE;

XIV - quatro representante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra- MST;

XV - um representante dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural - CMDRs;

XVI - um representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB - Regional Nordeste I.

Parágrafo único. Os membros do CEDRS/SE, titulares e respectivos suplentes, devem ser designados pelo Secretário de Estado da Agricultura, do Abastecimento e da Irrigação, mediante indicação dos titulares dos órgãos e entidades representados.

Art. 4º. Das reuniões do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRS/SE, podem participar, sem direito a voto, a convite de seu Presidente, especialistas, autoridades e outros representantes dos setores público e privado, quando necessário ao aprimoramento de conhecimentos ou esclarecimentos de fatos a respeito de matéria incluída na ordem do dia.

Art. 5º. O Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRS/SE, que deve se reunir, ordinariamente, a cada três meses, e extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente, pode deliberar por maioria simples, presentes, no mínimo, a metade mais um de seus membros.

§ 1º. O Presidente do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRS/SE, deve indicar, dentre os membros representantes de órgãos do Governo Estadual, o seu substituto na Presidência, quando de suas ausências ou impedimentos.

§ 2º. A participação como membro do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável ? CEDRS/SE, não é remunerada, sendo consideradas serviço público relevante as respectivas atividades.

§ 3º. A estrutura de deliberação do CEDRS/SE deve ser composta de Plenário e Câmaras Técnicas.

Art. 6º. O Plenário do CEDRS/SE deve deliberar a partir das propostas encaminhadas pelos Conselhos à sua Secretaria Executiva.

§ 1º. O Plenário delibera por maioria simples, presente, no mínimo, a metade de seus membros.

§ 2º. Nas deliberações do CEDRS/SE, o seu Presidente tem, além do voto ordinário, o de qualidade.

§ 3º. Nos casos de relevância e urgência o Presidente do CEDRS/SE pode deliberar "ad referendum" do Plenário.

Art. 7º. O Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRS/SE, deve contar com uma Secretaria Executiva, à qual cabe:

I - preparar a pauta, apoiar a convocação, providenciar a logística necessária e secretariar as reuniões do Conselho;

II - distribuir, supervisionar e agilizar as tarefas dos órgãos executores e outras instituições, visando assegurar o cumprimento das decisões do Conselho;

III - manter um sistema de informações sobre os processos e assuntos de interesse do CEDRS/SE, inclusive elaborando e apresentando relatórios, regularmente, ao Conselho;

IV - apoiar o Presidente do Conselho nas articulações institucionais necessárias a implementação das ações previstas;

V - desenvolver articulações operacionais com Órgãos e Entidades que realizam ações de apoio ao desenvolvimento rural;

VI - analisar, monitorar e avaliar os PMDRs, relatando-os ao Conselho;

VII - implementar as decisões do Conselho;

VIII - emitir pareceres técnicos sobre o apoio aos Programas vinculados a demandas contidas nos PMDRs e sobre as demais matérias submetidas ao Conselho;

IX - colaborar para o funcionamento adequado dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural - CMDRs.

Parágrafo único. O Secretário Executivo do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRS/SE, é designado pelo Governador do Estado.

Art. 8º. As atividades de apoio administrativo, necessárias ao funcionamento e atuação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRS/SE, e da sua Secretaria Executiva, devem ser prestadas pela Secretaria de Estado da Agricultura, do Abastecimento e da Irrigação - SAGRI/SE, diretamente e/ou através das entidades da Administração Estadual Indireta que lhe sejam vinculadas.

Art. 9º. Fica extinto o Conselho Estadual do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, criado nos termos do Decreto nº 15.993, de 24 de julho de 1996.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Aracaju, 28 de dezembro de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

Albano Franco

Governador Do Estado